



AULA 03

COMO ELABORAR LAUDOS PSICOLÓGICOS SEM FALHAS

 **04/09**

 **20H**

SEMANA DA

PERÍCIA
PSICOLÓGICA

Quem sou eu?

Docente e psicóloga judiciária. Graduada pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Saúde Mental, Psicopatologia e Psicanálise pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC PR). Psicóloga Judiciária do TJPR há mais de treze anos, com atuação cotidiana em perícias psicológicas de Varas de Infância e Juventude, Família e Criminal. Coordenou Comissão de Psicologia Jurídica do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-Pr – Subsede Londrina) de 2016 a 2020. Membro da American Psychology-Law Society, Coordenadora Interdisciplinar do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) -Londrina. Professora em diversos cursos de pós graduação em Psicologia e Direito. Professora convidada da Escola da Magistratura do Paraná(EMAP). Ministra cursos e palestras na temática da Psicologia Jurídica, aplicação da Psicologia ao Direito e Violação de Direitos em face de crianças e adolescentes - como violência sexual, violência psicológica, violência digital, violência física dentre outras. Coordena Grupo de Estudos em Psicologia Jurídica e também atua como Supervisora Técnica em Psicologia com profissionais que atuam como peritos. Entrevistadora Forense capacitada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



LARA SCHMITT CESAR

Mas... principalmente, alguém que pode e que quer te ajudar.

SEMANA DA

PERÍCIA
PSICOLÓGICA

Vamos lembrar o que foi abordado na Aula 01?

- Definição de Perícia Psicológica;
- Avaliação psicológica como prova pericial;
- Crescimento desse mercado de trabalho;
- Oportunidades de trabalho como perito;
- Como se tornar perito judicial;

SEMANA DA

PERÍCIA
PSICOLÓGICA

Vamos lembrar o que foi abordado na Aula 02?

- Os compromissos assumidos com o magistrado que te nomeou no processo judicial;
- Os compromissos éticos com as pessoas avaliadas;
- Diferenças do contexto pericial e clínico;
- Normativas do CFP sobre a atuação do psicólogo como perito;

LAUDO PSICOLÓGICO - CONCEITO E FINALIDADE

- I – O laudo psicológico é uma peça de natureza e valor técnico-científico. Deve conter narrativa detalhada e didática, com precisão e harmonia, tornando-se acessível e **compreensível ao destinatário**, em conformidade com os preceitos do Código de Ética Profissional do Psicólogo.
- II – Deve ser construído com base no registro documental elaborado pela(o) psicóloga(o), em conformidade com a Resolução CFP nº 01/2009, ou outras que venham a alterá-la ou substituí-la, e na interpretação e análise dos dados **obtidos por meio de métodos, técnicas e procedimentos reconhecidos cientificamente** para uso na prática profissional, conforme Resolução CFP nº 09/2018 ou outras que venham a alterá-la ou substituí-la.
- III – Deve considerar a demanda, os procedimentos e o raciocínio técnico-científico da profissional, fundamentado teórica e tecnicamente, bem como suas conclusões e recomendações, **considerando a natureza dinâmica e não cristalizada do seu objeto de estudo**.
- IV – O laudo psicológico deve apresentar os **procedimentos e conclusões gerados** pelo processo de avaliação psicológica, limitando-se a **fornecer as informações necessárias** e relacionadas à demanda e relatar: o encaminhamento, as intervenções, o diagnóstico, o prognóstico, a hipótese diagnóstica, a evolução do caso, orientação e/ou sugestão de projeto terapêutico.

LAUDO PSICOLÓGICO - ESTRUTURA

§ 1º – O laudo psicológico deve apresentar as informações da estrutura detalhada abaixo, em forma de itens.

I – O Laudo Psicológico é composto de **6 (seis) itens**:

- a) Identificação;
- b) Descrição da demanda;
- c) Procedimento;
- d) Análise;
- e) Conclusão;
- f) Referências.



***VOCÊ SABIA QUE UMA DAS
PRINCIPAIS CAUSAS DE DENÚNCIAS
NOS CONSELHOS DE PSICOLOGIA
SE REFERE À ATUAÇÃO DE
PROFISSIONAIS QUE PRESTAM
SERVIÇOS PARA O SISTEMA DE
JUSTIÇA?***



SEMANA DA
PERÍCIA
PSICOLÓGICA

“ OS REQUISITOS DO LAUDO PERICIAL

- a exposição do objeto da perícia;
- a análise técnica ou científica realizada pelo perito;
- a indicação do método utilizado, esclarecendo-o e demonstrando ser predominantemente aceito pelos especialistas da área do conhecimento da qual se originou;
- resposta conclusiva a todos os quesitos apresentados pelo juiz, pelas partes e pelo órgão do Ministério Público.

(ART. 473 DO NOVO CPC):

OS PRINCIPAIS ERROS

ERROS NO
PLANEJAMENTO

ERROS NA
EXECUÇÃO DOS
PROCEDIMENTOS

ERRO NA
COMUNICAÇÃO
DOS RESULTADOS

ERROS

Planejamento e Execução



Não ler o processo



Ler mas não compreender a demanda;



Não ter nitidez sobre quais fenômenos
pretendo avaliar



Restringir os procedimentos unicamente à
pai, mãe e criança.

ERROS

Planejamento e Execução



Realizar um único procedimento/entrevista com a(s) parte(s);



Não se apresentar ou não explicar o contexto do seu trabalho para as pessoas avaliadas, incluindo crianças;



Extrapolar as informações necessárias àquela demanda;



Confundir atuação clínica com a atuação pericial;

ERROS

Planejamento e Execução



Não respeitar o rito processual e adiantar suas conclusões às partes;



Adiantar uma possível decisão judicial;



Utilizar testes psicológicos não validados pelo CFP;



Não utilizar Fontes Fundamentais de Informação (CFP)

ERROS LAUDO

NO



Elaborado sem estrutura mínima conforme a resolução CFP vigente (06/2019);



Não utilizar a linguagem técnica adequada;



Expor desnecessariamente as pessoas avaliadas;



Falta de imparcialidade;

Não traz conclusões baseadas na ciência psicológica;

“Nota-se, portanto, que o Direito à Convivência familiar é assegurado à todas as crianças e adolescentes, conforme dispõem as legislações em vigor, a saber: Estatuto da Criança e do Adolescente, XXX, etc...”

SEMANA DA
PERÍCIA
PSICOLÓGICA



Emite juízo de valor

Juízo de valor é um julgamento feito a partir de percepções individuais.

Exemplo: “A menina é alta e magra” (juízo real, pois apresenta as características físicas da pessoa, assim como é de fato) / “A menina é bela” (é um juízo de valor, pois as características físicas “alta e magra” foram avaliadas como sendo próprias das pessoas consideradas “bonitas”).

O juízo de fato ou juízo de realidade é um julgamento baseado em uma análise isenta de valores pessoais ou interpretações subjetivas, focando-se unicamente naquilo que é visível ou cientificamente comprovado.

Exemplo: “A genitora é má.”

Apresenta incorreções teóricas e técnicas:

Exemplo: “O genitor apresenta uma personalidade forte.”



Tece considerações sobre a dinâmica familiar sem entrevistar pessoas relevantes;

Exemplo: “Nota-se que a família em tela encontra-se em período de estágio de convivência para fins de adoção e, dos dados obtidos e devidamente analisados, a infante está sendo bem assistida em suas necessidades biopsicossociais, neste momento, na residência e na companhia dos requerentes.”

No entanto, a mãe da requerente reside na mesma casa, e não foi entrevistada.

"Analisa" pessoas que não foram avaliadas;

Exemplo: “Verificou-se que o genitor dos infantes não apresenta postura protetiva ante os mesmos, pelo contrário, é agressivo e alcoólatra, conforme abstrai-se das informações obtidas com a avó materna e com a criança Mariana.”

No entanto, o genitor não foi entrevistado – por residência em outra localidade, ou por falta de comparecimento.

Traz previsão taxativa de
resultado – OCORREU/NÃO
OCORREU.

Exemplo: “Por meio dos procedimentos periciais realizados, é possível afirmar que a criança foi vítima de violência sexual.”



Profere sentenças ou soluções jurídicas;

Exemplo: “Considerando a análise realizada, o genitor deve ser Destituído do Poder Familiar.”



Não indica as referências no final do documento.

Com isso, o leitor desconhece a bibliografia que fundamentou a análise realizada.



É incoerente: Conclusão, Resposta à Quesitos e Esclarecimento em audiência;

Exemplo:

Conclusão de criança aparentemente bem assistida em suas necessidades biopsicossociais sob a guarda da genitora.

Responde quesito indicando indício de risco vivenciado junto à guardiã.

Em esclarecimento em audiência, informa que a criança foi vítima de violência física.

Faz “fofoca” no processo.

Exemplo:

Não realiza devidamente a triagem das informações que devem ser expostas e analisadas no Laudo, e potencializa conflitos familiares ou traz informações que não são relevantes para a demanda legal.



Confunde atribuições;

Exemplo:

Confunde as atribuições profissionais, desconsiderando a atuação avaliativa e atuando como se atuasse na esfera protetiva ou terapêutica;



Escreve em “primeira pessoa”

Exemplo:

“Eu perguntei à avó se ela tinha conhecimento sobre a frequência escolar da criança X, e ela me respondeu que...”

O correto deveria ser:

“Questionada sobre a frequência escolar da criança X, a avó respondeu que XXX”

“Eu avalio que neste momento a criança está sendo bem assistida em suas necessidades biopsicossociais”

O correto seria:

“Nota-se que / Avaliou-se que / Percebe-se que / Foi possível verificar que

Não respeita o rito processual

Não numera as páginas;

Não respeita a estrutura mínima prevista pela resolução vigente do CFP;

Utiliza o “sic” em excesso;



Não considera a natureza dinâmica e não cristalizada do seu objeto de estudo;

Exemplo: “A Sra. X não tem condições de exercer a maternidade pela via adotiva”

O correto seria:

“Por meio dos procedimentos periciais realizados, nota-se que neste momento a Sr. X não apresenta condições emocionais para exercer a maternidade pela via adotiva, considerando o período de luto ante o falecimento do filho ocorrido há quatro meses. No entanto, mister salientar que a Sra. X considera relevante a realização de psicoterapia familiar diante do atual contexto, motivo pelo qual, respeitosamente, sugere-se reavaliação da mesma no prazo de seis meses.”

IMPUGNAÇÕES...

A impugnação é uma forma de refutar questões intrínsecas no processo jurídico, sejam elas objetos (provas), pessoas, argumentos ou decisões. Na prática, pode ser entendida como um ato de mostrar oposição, contradição ou contestação a ideias apresentadas pela parte contrária por meio de provas.

IMPUGNAÇÕES...

FUNDAMENTADAS

NÃO FUNDAMENTADAS



PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

FUNDAMENTADOS

NÃO FUNDAMENTADOS



CONSEQUÊNCIAS DOS ERROS

Para o profissional;

Para o processo judicial;

Para o usuário do Sistema de Justiça;

Para a valorização da nossa ciência;



Na Psicologia Jurídica há uma predominância das atividades de confecções de laudos, pareceres e relatórios, pressupondo-se que compete à Psicologia uma atividade de cunho avaliativo e de subsídio aos magistrados. Cabe ressaltar que o psicólogo, ao concluir o processo da avaliação, pode recomendar soluções para os conflitos apresentados, mas jamais determinar os procedimentos jurídicos que deverão ser tomados. Ao juiz cabe a decisão judicial; não compete ao psicólogo incumbir-se desta tarefa. É preciso deixar clara esta distinção, reforçando a ideia de que o psicólogo não decide, apenas conclui a partir dos dados levantados mediante a avaliação e pode, assim, sugerir e/ou indicar possibilidades de solução da questão apresentada pelo litígio judicial.



Temos autonomia para trabalhar, somos nós que devemos escolher os melhores instrumentos, procedimentos, e realizar as devidas análises e conclusões...

Precisamos saber avaliar as demandas e atuar de forma correta, sem incorrer em erros que podem e devem ser evitados...

E por qual motivo eu estou alertando vocês sobre isso tudo...

...porque quero formar um time de experts em perícia psicológica...

*... que transitem de forma séria entre o Juiz, as partes do processo, o
CFP...*

... que sejam bem remunerados pelos seus trabalhos...

*...ciente dos impactos que seus Laudos têm na vida dos usuários do
Sistema de Justiça...*

Psicólogo(a), aprenda como se tornar um PERITO JUDICIAL na área mais lucrativa da Psicologia, com RESPONSABILIDADE, ÉTICA E TÉCNICA.



FORMAÇÃO
Beabá da
PERÍCIA PSICOLÓGICA

“

“As supervisões da professora Lara foram fundamentais para o início da minha prática como perita, pois ela é muito atenciosa e solícita, sempre nos dando feedbacks sobre nossa prática. Indico a Vinculare para outros profissionais de olhos fechados, pois tenho muita confiança no trabalho da Lara.”

”

ALANA ULBRICH

Psicóloga Perita Rio Azul / PR



“

Conheci a Lara através de uma colega de profissão. Logo comecei a realizar alguns cursos pela Vinculare e percebi o quanto é rica a experiência e a didática da Lara. Com os diversos cursos oferecidos sinto-me capacitada para atuar na área jurídica com as demandas da Vara de Família ou Infância e Juventude, que são meus focos de trabalho, além de aprender sobre a área criminal. Recomendo a Lara para colegas de profissão, pois, sei do seu conhecimento e de sua ampla visão frente às demandas do judiciário.

”

ANGELA CAVALI

*Psicóloga Perita e Assistente
Técnica Curitiba/PR*



“Conheci a **LARA** em uma capacitação que realizei e já pude perceber o quanto te conhecimento poderia ter com a **VINCULARE**. Estava iniciando meus trabalhos como perita judicial e me trouxe uma bagagem ótima e segurança para realizar esse novo desafio. Recomendo a supervisão da Lara não só para profissionais iniciantes, mas também para aqueles que gostariam de aprimorar e ampliar seus conhecimentos.”

RAFAELA PERUSSO

*Psicóloga Perita Autônoma
Santo Antonio da Platina/PR*



“A **Lara** tirou todas minhas dúvidas quando precisei e o treinamento que fiz com ela me ajudou a ter mais segurança durante as oitivas. Super recomendo o trabalho dela para outros profissionais.”

RAQUEL OLIVEIRA

*Psicóloga Perita e Entrevistadora
Forense
Feira de Santana/BA*



“

Os cursos da **VINCULARE** foram de muito aprendizado para mim. **LARA** foi uma excelente professora e de muito conhecimento. Importante realizar a supervisão dos laudos para correções ou confirmações. Recomendo o curso. Muito didático e esclarecedor.

”

MARIA AMÉLIA MUSSI

*Psicóloga Perita e Assistente Técnica
São Paulo*



“

Acompanho a **VINCULARE** desde 2020, e desde de então, tenho participado de inúmeros cursos e formações que agregaram bastante na minha formação e conduta como Psicóloga Jurídica. Nesse ano tive a oportunidade de trabalhar com **LARA** em supervisão e foi uma experiência enriquecedora. Sua expertise e sensibilidade no manejo de casos complexos e sua disponibilidade para sanar dúvidas foram fundamentais para que eu me sentisse tranquila e amparada. Sou muito grata por essa oportunidade de aprender com alguém tão competente e dedicada como a **LARA**! Obrigada!

”

LUDIMILA OLIVEIRA

*Psicóloga Clínica, Perita Autônoma e
Assistente Técnica
Minas Gerais*



“Sou recém admitida no Tribunal de Justiça de São Paulo e confesso que ao chegar, além do estranhamento natural ao novo, sentir muito medo de não conseguir ser capaz de realizar todo o trabalho metódico e necessário dentro do judiciário. Porém, ao me encontrar com a Lara e poder ouvi-la, muitas das minhas ansiedades foram amenizadas e pude aprender muito com suas orientações, dicas e conhecimentos, teórico e prático. Foi muito importante ter feito a supervisão com ela e poder receber suas pontuações na estruturação do meu primeiro laudo e também na forma de fazer as avaliações e por isso, recomendo muito o **VINCULARE** e estou na expectativa para poder fazer a formação do **BEABÁ** da Perícia Psicológica, pois acredito que será mais um passo importante nessa minha caminhada dentro do sistema de justiça.”

JULLYANE OLIVEIRA

*Psicóloga Judiciária
Perita TJSP*



“A **LARA** ministra as aulas com excelência, auxiliando na atuação profissional com mais técnica, conhecimento e ética. O aprendizado é constante acerca de uma conduta humanizada com responsabilidade e comprometimento.”

NATALLY RODRIGUES

*Psicóloga Clínica
Londrina/PR*



“Meu nome é Maria Eduarda e ingressei no concurso do TJRJ em junho de 2022. Atualmente, estou atuando na cidade de Arraial do Cabo/RJ, que conta com uma Vara Única. Diante desse novo desafio, busquei a **VINCULARE** e as trocas foram muito enriquecedoras para a minha prática. Além disso, as supervisões também me deram mais segurança para lidar com determinados casos e me auxiliaram a pensar novos caminhos e estratégias.

”

MARIA EDUARDA RIBEIRO

*Angra dos Reis/RJ
Perita do TJRJ*



“A psicologia é fluida, o que significa que estudá-la e praticá-la exige constante atualização por parte dos profissionais. **LARA** criou um grupo online que possibilita a conexão e aprendizado contínuo de profissionais de **PSICOLOGIA JURÍDICA** em todo o Brasil. Ela aponta caminhos seguros para uma atuação ética e segura, promovendo segurança na execução de tarefas e elaboração de documentos.

”

JÉSSICA DAVID MENDONÇA

*Maringá PR
Psicóloga Clínica e Perita*



“O perpassar dessa **JORNADA**
se torna ainda mais valioso
quando tem-se ao lado
alguém para partilhar ética,
encorajamento e mansidão!
Obrigada Lara”

PAOLA RIBEIRO

*Santo Antônio da Platina/PR
Psicóloga Perita*



**Quero ver seu
depoimento aqui
também!**



- Você gostaria de ter aulas não apenas com psicólogas judiciárias, mas também com psicólogas clínicas, magistrados e advogados?
- Você gostaria de saber como se tornar um psicólogo perito?
- Você foi recém aprovado em concurso público e diante da demanda cotidiana de trabalho sente necessidade de um espaço de estudo e supervisão?
- Você é psicólogo clínico e está em fase de transição de carreira?
- Você gostaria de ter segurança ao realizar avaliações psicológicas periciais?
- Você gostaria de compreender as especificidades do trabalho do psicólogo no contexto judiciário?
- Você já é psicólogo perito, e gostaria de ter a oportunidade de aprofundar seu conhecimento por meio de aulas sobre temas emergentes na perícia psicológica, bem como mentorias/supervisões ao vivo?
- Você gostaria de saber mais sobre a relação do psicólogo perito e do psicólogo assistente técnico?
- Você nota que precisa compreender e estudar mais temas como: Guarda, Convivência, Paternidade Socioafetiva, Visitas monitoradas, Abandono Afetivo, Adoção, Habilitação para Adoção, Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, Laudos Psicológicos, Depoimento Especial, dentre outros?

MINHA METODOLOGIA:

O Beabá da Perícia Psicológica tem como foco tratar sobre temáticas relacionadas à atuação do psicólogo no Sistema de Justiça, em especial realizando avaliações psicológicas periciais. Diante da expansão desse mercado de trabalho e valorização da Psicologia, meu objetivo é instrumentalizar profissionais sobre as especificidades dessa área, as possibilidades de contribuições, os desafios e os limites, especialmente pensando nas repercussões do trabalho realizado, tanto para o Poder Judiciário quanto para o usuário do Sistema de Justiça.

A formação conta com conteúdos relevantes, desde como se tornar um psicólogo perito, seja por meio de concurso público ou de forma autônoma, o planejamento das avaliações propriamente ditas, os principais instrumentos e procedimentos utilizados, questões cotidianas na condução de entrevistas e demais procedimentos com pessoas avaliadas, bem como com as crianças. Grande ênfase é dada também no documento resultante do processo avaliativo, que integra o processo judicial como uma prova pericial – Laudo Psicológico.

Por meio Módulos Temáticos, o aluno terá acesso às principais temáticas que o psicólogo é convocado a atuar, seja no âmbito das Varas de Infância, Varas de Família e também Vara Criminal, com discussões sobre a demanda legal, sugestões para planejamento e execução do trabalho. Acima de tudo, o objetivo das aulas disponibilizadas semanalmente é trazer ao profissional psicólogo não apenas uma área da Psicologia em expansão, mas a relevância da responsabilidade assumida ao prestar serviços para o Sistema de Justiça, as consequências desse trabalho e a imprescindibilidade do posicionamento crítico, técnico e ético diante das demandas recebidas e dos fenômenos envolvidos.



1

Psicologia Jurídica

Aula 01 – Marcos e Histórico da Psicologia Jurídica no Brasil.

Aula 02 – Atuações do psicólogo na interdisciplinariedade do Direito.

2

O que é, afinal, Perícia Psicológica?

Aula 03 – Fundamentos da perícia psicológica e a legitimidade do perito: Código Processo Civil e Conselho Federal de Psicologia.

Aula 04: O psicólogo como auxiliar do Juiz: atribuições.

Aula 05: Contexto Forense x Contexto Clínico.

3

Possibilidade de atuação como psicólogo perito

Aula 06 – O perito servidor público e o perito autônomo.

Aula 07 – Questões práticas: Cadastro; Documentos, Nomeações; Aceite; Recusa; Honorários; Agendamentos; Prazos; Locais de atendimento; Dilação de prazo; Audiências; dentre outros.

4

A prática da perícia psicológica.

Aula 8: Recebi uma nomeação, e agora? A análise crítica da demanda recebida.

Aula 9: Planejamento e execução: critérios para escolha de procedimentos.

Aula 10: Entrevistas Psicológica no Contexto Forense.

Aula 11: Testes psicológicos.

Aula 12: Procedimentos com crianças em idade pré-escolar e escolar.

Aula 13: Atendimentos conjuntos, discussão de casos, visitas domiciliares, contatos comunitários.

Aula 14: Integração e Análise dos Dados Obtidos.

5

Comunicação do resultado.

Aula 15 – Laudo Psicológico: cuidados éticos e técnicos.

Aula 16: Equívocos na elaboração do Laudo Psicológico.

Aula 17: Denúncias ao CRP sobre documentos psicológicos em processos judiciais.

6

O assistente técnico

Aula 18 – Atribuições do Assistente Técnico.

Aula 19 – O perito e a resposta aos quesitos.

Aula 20 – A relação perito e assistente técnico.

Aula 21 – O documento produzido pelo Assistente Técnico.

7

Varas de Família

Aula 22: Perícia em Ações de Guarda e Convivência; Visitas Monitoradas.

Aula 24: Perícia em Ações de Negatório ou Reconhecimento de Paternidade/Maternidade Socioafetiva.

Aula 25: Perícia em Ações de Alienação Parental.

Aula 26: Perícia em Ações de Abandono Afetivo.

8

Varas de Infância

Aula 27: Perícia em Ações de Medidas de Proteção (Violência Sexual e demais).

Aula 28: Perícia em Ações de Habilitação para Adoção.

Aula 29: Perícia em Ações de Destituição do Poder Familiar.

Aula 30: Perícia em Ações de Adoção.

9

Varas Criminal

Aula 31: Ações de Violência(s) Contra Crianças e Adolescentes.

Aula 32: Psicodinâmicas das Violências, em especial a Violência Sexual Intrafamiliar,

Aula 33: Resistência da criança ao contato parental em situações de violência doméstica.

10

Aulas Bônus

- Os tipos de provas no processo judicial – Dr. Leonardo Delfino Cesar, Juiz de Direito.
- A perícia psicológica e o Depoimento Especial – Aline Pedrosa Fioravante, psicóloga.
- O Código de Ética e Laudos Psicológicos – Ms. Iramaia Ranai Gallerani, psicóloga.
- Os litígios familiares, na perspectiva da criança – Ms. Josani Campos, psicóloga.
- A impugnação de Laudos Psicológicos – Dra. Elizangela Socio Ribeiro, Advogada.
- Falsas Memórias – Ms. Lara Schmitt Cesar

11

Materiais Complementares

Exercício Prático – Estudo de Caso

Modelos de documentos
Normativas do Conselho Federal de Psicologia
Referências



AULA BÔNUS

**“TIPOS DE PROVAS NO PROCESSO JUDICIAL E A RELEVÂNCIA DA PROVA
PERICIAL PARA O MAGISTRADO”**

Dr. Leonardo Delfino Cesar
Juiz de Direito TJPR



AULA BÔNUS **FALSAS MEMÓRIAS**

Me. Lara Schmitt Cesar
Psicóloga Judiciária



AULA BÔNUS
ALIENAÇÃO PARENTAL E TEORIA SISTÊMICA

Dr. Josimar Mendes
Pesquisador, Assistente Técnico e Parecerista



AULA BÔNUS
PARENTALIDADE E USO DE DROGAS ENTRE ADOLESCENTES

Dra. Elaine Lucas dos Santos
Professora universitária e pesquisadora.



AULA BÔNUS

“OS LITÍGIOS FAMILIARES NA PERSPECTIVA DA CRIANÇA.”

Ms. Josani Campos
Psicóloga Clínica e Judiciária



AULA BÔNUS

“O CÓDIGO DE ÉTICA E OS LAUDOS PSICOLÓGICOS”

Ms. Iramaia Ranai Gallerani
CRP 12/14108



AULA BÔNUS

“O DEPOIMENTO ESPECIAL E A PERÍCIA PSICOLÓGICA”

Aline Pedrosa Fioravante
Psicóloga Judiciária e Entrevistadora Forense



AULA BÔNUS

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Me. Virgínia Bernardino
Psicóloga TJPR



AULA BÔNUS

ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Dra. Janaína Recanello

**Enfermeira com ênfase em enfrentamento e prevenção da
violência infantil e professora universitária.**



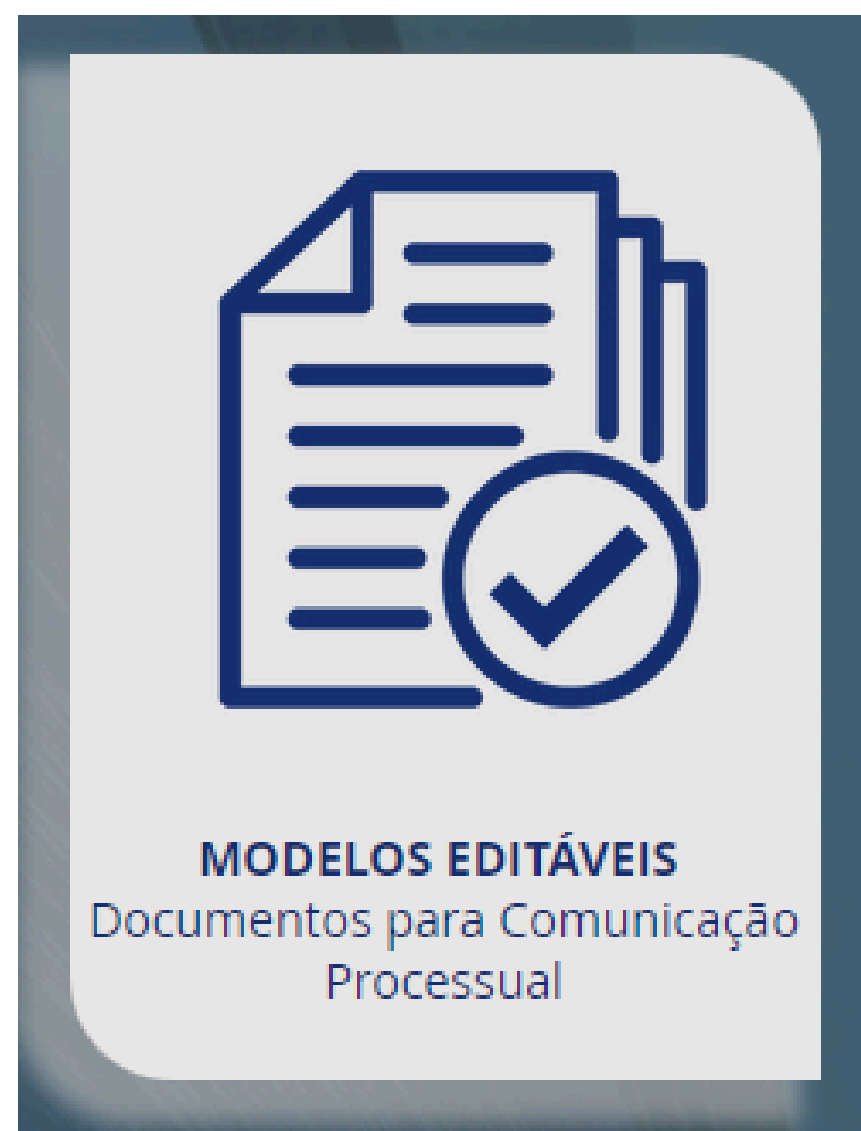
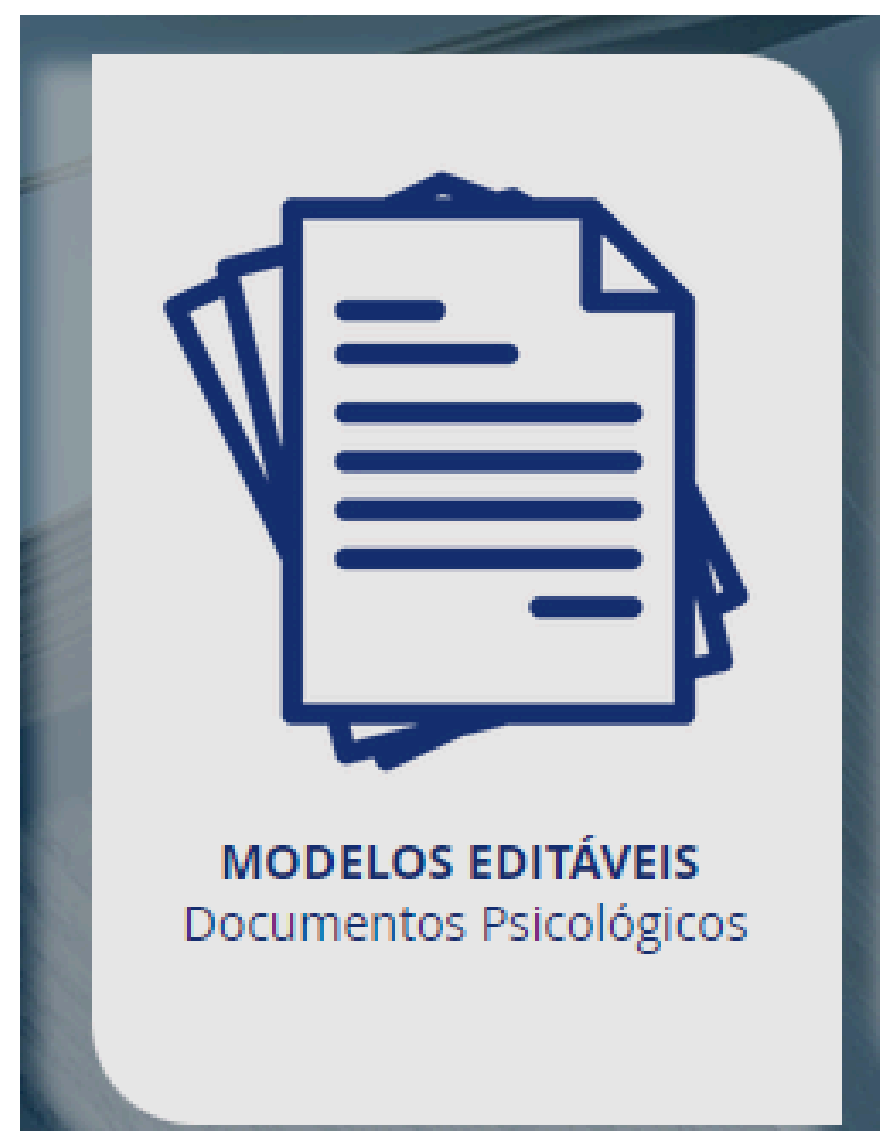
AULA BÔNUS

“A IMPUGNAÇÃO DE LAUDOS PSICOLÓGICOS - VISÃO DO ADVOGADO”

Dra. Elizangela Socio Ribeiro

Advogada Familiarista

BÔNUS





Perita

10K

**VOCÊ DEVE ESTAR SE
PERGUNTANDO QUAL É O
PREÇO DE FAZER PARTE DESSA
EXPERIÊNCIA.**

**NA VERDADE, ELE É SIMBÓLICO
PERTO DE TUDO O QUE VOCÊ
VAI APRENDER...**



QUANTO CUSTA MINHA SUPERVISÃO INDIVIDUAL?

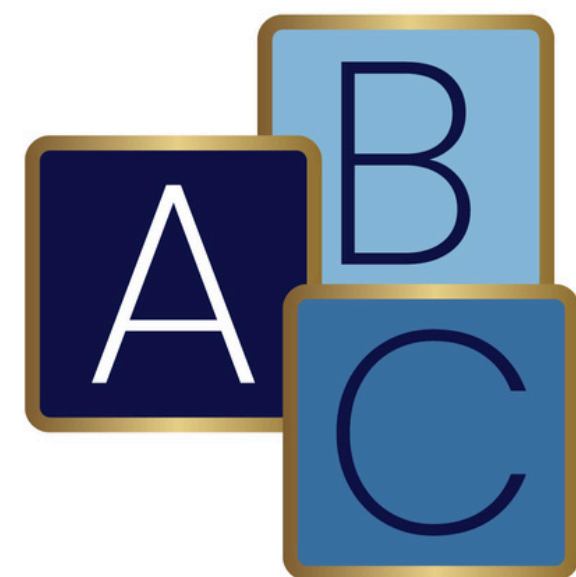
R\$500,00

QUANTO FATURA UM PERITO AUTÔNOMO?

DE R\$400,00 A R\$20.000,00 POR PERÍCIA

QUAL SALÁRIO DE UM PERITO CONCURSADO EM INÍCIO DE CARREIRA?

DE R\$10.000,00 A R\$17.000,00



FORMAÇÃO
Beabá da
PERÍCIA PSICOLÓGICA

QUAL O INVESTIMENTO PARA ENTRAR NA T6 DO BEABÁ?

R\$ 997,00 em até 12x

APENAS DIA 8/9 R\$797,00

MEU PRESENTE
PARA VOCÊ



ATENÇÃO!!



Para os 10 primeiros inscritos, uma Mentoria de 30 minutos comigo!

Matrículas a partir de 8/9



Espero você!!!!

APENAS DIA 12/5: R\$797,00



Espero você!!!!

APENAS DIA 8/9: R\$797,00